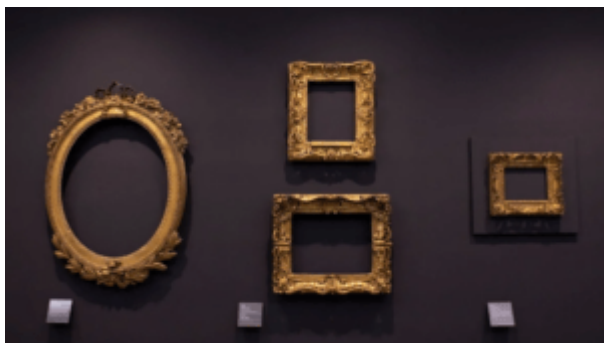


## Nas ideologias da cultura a arte nunca está no centro



Por **RUBENS RUSSOMANNO RICCIARDI\***

*Os gêneros da indústria da cultura não são arte popular e funcionam como fetiche de colonização enquanto ideologia de domínio*

Como se diz por aí, na ditadura da opinião pública, a cultura é sempre boa; o seu sentido, positivo. Mas será mesmo? Dizem até que a cultura é inclusiva – ainda que o pertencimento a uma identidade demarcada possa levar à segregação. E são os políticos que definem, por exemplo, a abrangência do que entendem pela tal cultura brasileira – ainda que seja, invariavelmente, uma ideiação de segunda ordem.

Mais que isso, agora são oficialmente brasileiros, pela força do colonialismo neoliberal, os gêneros da indústria da cultura ianque-estadunidense: o *hip-hop*, o *funk*, o *gospel* e o *country* (o dito sertanejo universitário, que não é sertanejo nem universitário), entre outros, já recebem subvenção pública do Ministério da [Indústria da] Cultura. Daí indagamos, se tudo está claro como a luz do dia ou se estamos sendo seduzidos pelas ideologias da cultura? Ora, se desenvolvermos um pensamento de fato crítico, será que a cultura não pode ser problematizada num processo epistemológico mais engenhoso?

Apesar da sua esterilidade, ainda que com orçamentos públicos, a cultura se estabelece como política oficial imposta pela União, envolvendo ainda estados e municípios. Perguntamos também, claro como a luz do dia – como haveria de se esperar – se a política da cultura atua em prol das companhias de teatro e de dança, das galerias de arte, dos teatros e demais espaços físicos adequados à arte, das orquestras e das companhias de óperas, das escolas de artes para crianças, dos projetos sociais com artes e ainda se preserva dignamente o patrimônio histórico-arquitetônico? Certo? Errado! – nada disso consta efetivamente na política da cultura no Brasil.

A tal democratização da cultura se reduz, de acordo com a lógica neoliberal, a mega *shows* pirotecnológicos – e o resto que caía em ruínas. Existe até um Sistema Nacional de Cultura – pois é, o inferno está cheio de boas intenções – como se o SUS, este sim imprescindível e da mais alta importância – merecesse tal analogia barata e oportunista.

As secretarias e o ministério da cultura – e a mesma lógica também consta das extensões alienadas das pró-reitorias de cultura nas universidades – promovem prioritariamente o *showbiz* e ainda em grande parte de matriz ianque-estadunidense. Portanto, na política da cultura – sempre com custos socializados e lucros privatizados – consta, no Brasil, menos voz própria (emancipação crítica) e mais subordinação colonial (terceirização do pensamento e, como quase toda terceirização, precária). E tudo isso sem arte nem filosofia.

Deixemos claro que a nossa crítica é contrária ao Estado antagonico às artes e impositor de uma cultura oficial, mas que não se conclua, com isso, que somos a favor da privatização ou da ausência do Estado. Hoje, o Estado, o grande fomentador das artes, por meio das instituições públicas – como as universidades, as fundações extrínsecas ao setor

# a terra é redonda

cultural e os corpos estáveis – é o único capaz de conferir alternativas à indústria da cultura neoliberal. Nossa questão é que o dito setor cultural (política da cultura) não presta para cuidar nem gerenciar as artes – muito menos é capaz de promover o pensamento crítico.

Mais precisamente, a situação é constrangedora: os políticos da cultura – em geral apadrinhados políticos sem méritos intelectuais – encontram-se hierarquicamente acima dos artistas. Desse modo, a falta de talento manda no talento – uma inversão de valores talvez impensável em outras áreas do conhecimento. Nos casos dos políticos da cultura, no entanto, é quase sempre assim: o indivíduo ignorante, revestido de autoridade, torna-se cruel.

E por falar em crueldade, a política da cultura remonta à Câmara de Cultura do Terceiro Reich (*Reichskulturkammer*) de Adolf Hitler e ao Ministério da Cultura Popular (*Ministero della Cultura Popolare*) de Benito Mussolini. Foi o nazifascismo que consagrou o neologismo iluminista de cultura no seu apogeu: a cultura convertida numa nova racionalidade – cultura e propaganda ideológica (estratégia de domínio) tornaram-se as duas uma só. Será que hoje temos outra realidade? Pior que não.

Lembremo-nos do que todos esquecem: antes do Iluminismo, não havia cultura fora da agricultura. A cultura, desde os romanos, era só agricultura – mesmo em metáfora. Eis que surgiu o cultivo, além das abobrinhas, também das mentes – mentes estas jamais emancipadas. Desde então, a cultura já não se resumiu mais à plantação de batatas, nem à criação de gado: tornou-se, da noite para o dia, a manifestação do intelecto humano. Com esta sua nova acepção desde século XVIII – embora no Brasil tal acepção tenha chegado tardiamente – o neologismo de cultura invadiu boa parte dos campos das artes, mesmo os mais fecundos.

Pela força da metáfora sempre ainda nas suas boas intenções, tratou-se de adubar também as mentes para que fossem igualmente férteis. Daí nasceram e cresceram as identidades culturais e foram forjadas as suas respectivas estratégias de comunicação. Foi-se da suinocultura à assim dita alta cultura: do estábulo à colheita estética do refinamento cultural; matar bois ou compor obras de arte – eis que tudo é cultura.

Mas só o *showbiz* é prioritário no orçamento público da cultura no Brasil. Hoje em dia, por meio de alto-falantes cada vez mais ruidosos, a ideologia neoliberal é celebrada com aglomerações massivas da pirotecnologia ao ar livre ou ainda pior, na sua versão *fake* com os *showcertos* – quando as orquestras renunciam à arte do som no tempo e se reduzem à condição (extrínseca à sua natureza) de um equipamento cultural.

No culturalismo, não com raro cinismo, dizem que tudo é importante e que tudo é cultura. Mas há demagogia por trás da pretensa inclusão. As artes (e também a filosofia), ainda que submetidas arbitrariamente à definição de meros bens culturais, não são levadas em consideração pela política da cultura. De modo incongruente, por exemplo, as artes são incluídas na definição de cultura, mas excluídas do orçamento. Não há violência maior, aliás, que inserir as artes entre os bens culturais: a expectativa da arte enquanto bem cultural corresponde à expectativa do peixe fora d'água.

Os culturalistas são ruins de teoria: conferem uma mesma abrangência conceitual a fenômenos essencialmente distintos. Eis, portanto, resumido numa frase, o citado vale tudo conceitual: no universo da cultura o centro está em toda parte – e assim consta no entorno metafísico do Relógio Central no *Campus* do Butantã da USP:



Relógio da USP com a frase culturalista de Miguel Reale no seu entorno  
(Foto: Cecília Bastos/USP Imagens)

Est  
a  
fras  
e, já  
torn  
ada  
clíc  
hê,  
só  
não  
seri  
a de  
fato  
cín  
ca  
se  
assi  
m  
foss  
e  
prof  
erid  
a: a  
cult  
ura  
ideo  
lógi  
ca  
dos  
cent  
ros  
de  
Nov  
a  
Iorq  
ue e  
Los  
Ang  
eles  
está  
em  
tod  
a  
part  
e.  
Mas  
ape  
sar

A Terra é Redonda

da  
sua  
inco  
ngr  
uên  
cia,  
a  
fras  
e  
orig  
inal  
vem  
sen  
do  
reit  
era  
da  
nos  
nos  
sos  
mei  
os  
uspi  
ano  
s -  
pou  
co  
imp  
orta  
ndo  
que  
ten  
ha  
sido  
cun  
had  
a  
por  
Mig  
uel  
Rea  
le,  
um  
mili  
tant  
e  
polí  
tico  
de  
extr

O brasileiro, por sinal, não pode ser, assim, tão negligente quanto aos fatos históricos ou tão ruim de memória: Miguel Reale, reitor da USP em duas gestões (1949-1950 e 1969-1973), foi o “principal jurista orgânico” (segundo Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves) do regime totalitário instaurado pelo golpe militar-burguês de 1964. Prova disso é o seu *Parecer* de 12 de setembro de 1964, pelo qual Miguel Reale orientou a cassação de funcionários públicos estáveis – medida esta que tanta desgraça trouxe à própria USP. Outro fato irrefutável da sua truculência é o seu relatório *Revolução e Normalidade Constitucional*, de 1966, pelo qual Miguel Reale buscou a legitimação jurídica da ditadura – não obstante as torturas e os assassinatos.

Já no cargo de reitor da USP, Miguel Reale, em 1972, idealizou, instalou e coordenou a nefasta Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) – órgão da repressão que só seria extinto em 1982. Quantos professores, estudantes e funcionários da USP não foram delatados aos agentes da ditadura pela tal AESI de Miguel Reale? – uma infiltração ilegal da Reitoria nas comunidades uspianas que só visava à perseguição política. Eis que entre as vítimas da ditadura, cerca de 10% foram uspianas.

Daí perguntamos, devemos assimilar passivamente o culturalismo reacionário de Miguel Reale, concordando com o ufanismo tonto contido na frase do Relógio da USP, de que “no universo da cultura o centro está em toda parte” – onde se justifica até uma noção alienada de periferia – ou devemos questionar, inicialmente, se a política da cultura é de fato um universo? Não se trata antes de uma instância ideológica?

Compreendemos o citado conceito de ideologia no seu significado forte filosófico, com o seu sentido crítico e negativo, enquanto abstração enganosa da história ou deturpação política no conhecimento, quando uma falsa autoridade, por meio de uma falsa consciência, procura assegurar os aparelhos de poder. A ideologia, assim, tem a ver com a hegemonia político-econômico e cultural da classe dominante – e não com as lutas da classe dominada pela sua emancipação nem com as linguagens crítico-inventivas das artes.

Com o neoliberalismo, não apenas a cultura, a contracultura e a indústria da cultura se tornaram uma só, como cada vez mais se acentua o abismo que as separa das artes. Cada vez mais se normaliza a política da cultura hostil às artes: nas ideologias da cultura, de fato, a arte nunca está no centro. Aliás, não se encontra em parte alguma.

Faz-se então necessária, tal como no significado forte de ideologia, uma conceituação também crítica e negativa do conceito de cultura, uma vez que a sua acepção já há muito extrapola a sua origem agropecuária milenar. Segundo a *poíesis* crítica, a nossa nova epistemologia atrelada à linha de pesquisa da crítica da cultura, as dimensões da cultura se restringem ao costume, ao hábito, ao cotidiano, à norma, à regra, à repetição não crítica, a padrões e às formas de comunicação ou retórica, arbitrárias ou manipuladas, incluindo a lógica de sistemas.

Neste significado forte, ainda assim, podemos conceber uma perspectiva construtiva para a cultura. A cultura seria uma primeira natureza – da qual temos que nos libertar para vivenciarmos uma segunda natureza, caso tenhamos em vista a existência na sua plenitude. Os seres humanos possuem esta primeira natureza (pertencimento): a língua materna, os

hábitos sociais e alimentares, a religião, o time de futebol ou esporte predileto, o perfil de consumo etc.

Segundo Heráclito de Éfeso, entretanto, a mente humana contempla linguagens e inteligências (*lógos*) que a si mesmas aumentam, daí temos o potencial de uma segunda natureza (distanciamento crítico): a emancipação intelectual, os temperos de linguagem e a transcendência inventiva (superação das fronteiras epistemológicas). As ciências da natureza, as artes e a filosofia só são possíveis nesta segunda natureza. Eis que se faz necessário um distanciamento crítico em relação ao pertencimento, num fecundo processo dialético.

Importa, desse modo, compreendermos as artes – uma questão de linguagem e não de comunicação – num ambiente epistemológico diferenciado: a condição transcendente das artes, da filosofia e das ciências da natureza (segunda natureza) em relação à cultura (primeira natureza). Pensamos aqui o significado pré-cristão e romano de *transcendere*, ou seja, de transformação: o pensamento enquanto aproximação da distância – quando alçamos âncoras do porto seguro e navegamos em alto mar.

Neste contexto único da acepção romana, a transcendência (entendida aqui enquanto realidade crítico-poética livre das amarras restritivas da cultura) nada tem a ver com o místico, espiritual, religioso ou metafísico. A transcendência (na acepção original romana e não no sentido do cristianismo tardio) foi esquecida junto com o próprio esquecimento da *poíesis* ou poética de todas as artes: o processo crítico-inventivo na elaboração da obra de linguagem. Para a *poíesis* crítica, entretanto, é justamente a transcendência poética que separa a arte da cultura.

Ainda na *poíesis* crítica, sequer trabalhamos com a metafísica patética do par alta e baixa cultura. Entendemos que as artes e as artes populares – ambas extrínsecas às ideologias da cultura – não se enquadram nestas definições culturalistas reducionistas e mesmo preconceituosas. As artes e as artes populares nunca formaram blocos monolíticos intransponíveis, pois a liberdade artística depende da multifariedade de iniciativas por parte de cada artista ou grupo de artistas – o que não se confunde com a política da cultura ou estratégia de *marketing* da [indústria da] cultura.

Também, quanto à *poíesis*, jamais consideramos se ela é alta ou baixa. Pensamos, antes, no seu desvelamento enquanto linguagem e na sua singularidade. Por isso, a arte funda a história e inaugura o que permanece. Se a cultura (primeira natureza) é datada e condenada à obsolescência, por sua vez, de modo diverso, só na arte (segunda natureza), na qual vigora a *poíesis* com o seu fecundo potencial transformador, ocorre a fusão de horizontes entre o antigo e o novo, o clássico e o experimental, o regional e o cosmopolita: o lugar de fala (*locus dicendi*) do artista é o universo inteiro e a história das artes é a história das apropriações culturais. É por isso também que o mundo da vida (*Lebenswelt*, conceito de Heinrich Heine) jamais se limita à cultura.

Por sua vez, a *poíesis* artística constitui relações em meio ao mundo da vida, tanto com a *mímesis* (representações simbólico-inventivas) quanto com o distanciamento crítico (a resistência das artes contra os domínios ideológicos), além de abstrações as mais inovadoras, cuja radicalidade – enquanto elaboração da linguagem – jamais a cultura, invariavelmente resignada, será capaz de alcançar. Assim, é a cultura que sucumbe diante da ideologia – não a grande arte.

Desse modo ainda, se a cultura é ordinária e a arte extraordinária, importa repensarmos a rigidez antiartística da cultura – tão bem definida por Jean-Luc Godard: a cultura é a regra, a arte a exceção... A regra quer a morte da exceção. Numa palavra, a cultura não abriga, mas sufoca a arte.

Como diria Martin Heidegger, a liberdade do *Dasein* (realidade ou presença humana, o ser humano na sua integridade existencial) encontra-se além da norma cultural, pois a liberdade da cultura é cômoda, mesmo preguiçosa. Quando estancada num estado de cultura, a liberdade já se perdeu.

Essas teses são corroboradas por Theodor W. Adorno, pois como a consciência da classe dominante coincide com a tendência geral da sociedade, dilui-se a tensão entre cultura e *kitsch*. Mais que isso, nós agora afirmamos que com o neoliberalismo, cultura e *kitsch* tornaram-se um só. O *kitsch* predomina desde a IA até os eventos das secretarias e pró-

reitorias de [indústria da] cultura; desde a ideologia da pseudoperiferia propagada pelo identitarismo até os ideólogos *streamers*, todos sincronizados com a mentalidade de classe média e vinculados à propaganda de bancos, celulares, desodorantes e cervejas *fakes* –ainda que haja também a propaganda de algum *whisky* escocês legítimo.

E confluente a Martin Heidegger e Theodor Adorno, podemos citar ainda o conceito de invasão cultural em Paulo Freire: as massas populares são oprimidas para a conquista do opressor, pela propaganda bem-organizada, cujos veículos são sempre os chamados meios de comunicação com as massas (não criticamos os meios em si mesmos, mas o uso que se lhes dá) – como se a reiteração *ad nauseam* deste conteúdo alienante já o tornasse uma arte popular e não o que realmente é: uma comunicação instrumentalizada.



Joseph Goebbels e Miguel Reale nas suas campanhas em prol da cultura (Fotos: arquivos históricos, s.n.)

O  
triu  
nfo  
da  
cult  
ura  
se  
dá  
enq  
uan  
to  
sist  
ema  
ideo  
lógi  
co  
de  
com  
unic  
açã  
o e  
tam  
bém  
de  
com  
port  
ame  
nto  
(reg  
ram  
ent  
o  
mor  
al

A Terra é Redonda

enq  
uan  
to  
dou  
trin  
a de  
mas  
sa).  
Cad  
a  
qual  
a  
seu  
tem  
po,  
Jose  
ph  
Goe  
bbel  
s e  
Mig  
uel  
Rea  
le,  
amb  
os  
con  
sag  
rad  
os  
nos  
seu  
s  
país  
es  
com  
o  
gra  
nde  
s  
filós  
ofos  
da  
cult  
ura,  
pre  
coni  
zara  
m a  
cult



A Terra é Redonda

ura  
enq  
uan  
to  
com  
unic  
açã  
o  
poli  
tica  
men  
te  
inst  
rum  
ent  
aliz  
ada:  
amb  
os  
sou  
ber  
am,  
com  
pre  
cisã  
o,  
sep  
arar  
o  
que  
dev  
eria  
ser  
assi  
mila  
do  
cult  
ural  
men  
te e  
o  
que  
dev  
eria  
ser  
omi  
tido  
ou  
jam  
ais

divu  
lgad  
o.  
Em  
amb  
os  
os  
cas  
os,  
nos  
bast  
idor  
es  
da  
sup  
osta  
eru  
diçã  
o,  
esc  
ondi  
am-  
se  
os  
cri  
mes  
.

Nos nossos ainda sombrios tempos neoliberais, prevalecem as mesmas deturpações não apenas nas questões da economia política, mas também na epistemologia das linguagens. Os culturalistas prosseguem incorrendo na confusão entre arte e cultura, entre linguagem e comunicação: priorizam o mercado dos eventos culturais, na sua liberdade para o sempre igual, em detrimento do mundo do trabalho artístico, não obstante, neste último caso, o seu maior potencial inventivo.

As ideologias da cultura operam agora, no Brasil, por meio de editais só aparentemente democráticos ou inclusivos. Tais políticas patrocinadas com orçamento público se assemelham a jogar milho para galinhas: chegam a ser humilhantes, tanto que restringem a liberdade inventiva e de iniciativa. À frente dos projetos estão os agentes da cultura, só muito raramente os artistas. O diagnóstico não poderia ser pior: prioriza-se a indústria da cultura, onde o trágico e o irônico foram cancelados – só os heróis da *Marvel* coadunam com os regramentos morais e a delegacia dos bons costumes neoliberais.

As artes brasileiras, desde o período colonial, por sua vez, permanecem excluídas do tal centro cultural – não obstante os nossos méritos históricos singulares e o nosso forte potencial para novas pesquisas e novas realizações artísticas incluindo a reconstrução de memória. Nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, o Brasil foi o país, em todo o mundo, com o maior número de grandes artistas pretos e pardos. Entretanto, um filme como *Black Panther* importa muito mais para a cultura oficial brasileira: Lereno, Aleijadinho ou Emerico, entre tantos outros, permanecem invisibilizados. Aliás, antiga ou nova, toda arte extrínseca à indústria da cultura vem sendo excluída dos editais.

Concluindo, tratamos de chamar a atenção para duas deturpações amplamente cristalizadas pela ditadura da opinião pública ou até mesmo pelo senso comum, ainda que douto. O que propomos? – ao contrário do que se diz por aí, (i) há um sentido crítico e negativo da cultura, tal como no citado significado forte de ideologia – aliás, o que temos no caso da cultura, quase o tempo todo, são ideologias da cultura; (ii) a política da cultura jamais foi uma agenda de esquerda – basta

# a terra é redonda

lembrarmos das relações dos fascistas com a cultura, bem como, hoje, os seus vínculos neoliberais. Vejamos, abaixo, com mais detalhes, estes dois pontos.

O sentido pejorativo da cultura tem a ver, entre outros, com livro *O mal-estar na cultura* (*Das Unbehagen in der Kultur*), de Sigmund Freud – um dos pilares da crítica da cultura. Freud define a cultura enquanto fonte de sofrimento, levando a um mal-estar crescente por conta da sua contraposição aos impulsos existenciais (assim temos a cultura crente, a cultura milicianista, o identitarismo, o olavismo cultural etc.). Observa-se que o culturalismo prejudica a teoria do conhecimento. No título da primeira edição brasileira, traduziu-se *Kultur* por civilização – aniquilando o sentido original em Freud.

Os culturalistas têm dificuldade em conceber a cultura enquanto problema. A civilização, por sua vez, é um conceito mais antigo: os antigos enalteciam a cidadania e a dignidade nas relações humanas (*civilitas/civis*), sem excluir as diversas populações em todos os continentes e épocas – nada que se aproxime do neologismo iluminista de cultura, invariavelmente uma fonte de deturpações ideológicas.

Já os gêneros da indústria da cultura não são arte popular e funcionam como fetiche de colonização enquanto ideologia de domínio. Configurando a dimensão tanto econômica quanto intelectual, a indústria da cultura neoliberal comprova precisamente a teoria dos clássicos, de que a ideologia dominante é a da classe dominante. Numa palavra: a indústria da cultura é o fetiche do neoliberalismo, o qual, por sua vez, é a ideologia do capital financeiro. A cultura, assim, com as suas ideologias, equivale ao domínio e à opressão – quer seja com os culturalistas Joseph Goebbels e Miguel Reale, quer seja com a indústria da cultura neoliberal.

**\*Rubens Russomanno Ricciardi** é professor titular do Departamento de Música da USP de Ribeirão Preto e maestro da USP Filarmônica. Autor do livro *Contra o identitarismo neoliberal* – um ensaio de Poiesis Crítica pela apologia das artes (*Contracorrente*). [<https://amzn.to/4eYrz6b>]

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**